

RESENHA:

A antropologia personalista de Karol Wojtyla na obra de Paulo César da SILVA.

Marcos Machado

Mestre em Direito – UNISAL – SP

Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU – SP

Graduado em Direito – UBM – RJ

Graduado em Contabilidade – UniFOA – RJ

Graduado em Economia – AEDB – RJ

Advogado e Professor Universitário

1 A experiência integral da pessoa humana.

Karol Wojtyla afirma que a pessoa humana pode conhecer a verdade essencial das coisas.

Se o homem pode conhecer a verdade em si das coisas, Karol Wojtyla procura objetivar um processo cognitivo fundamental que ele define como a experiência do homem, tendo em vista suas origens.

A experiência é a base do conhecimento da pessoa humana. Essa experiência é entendida como a percepção imediata e direta das coisas.

E quando a pessoa humana é o objeto principal de uma investigação, o não reducionismo se torna mais exigente.

Há muitas formas de experiências. Temos, por exemplo, a experiência dos fatos psíquicos, a da estética. Karol Wojtyla enfatiza que experiência deveria ser considerada como fonte e base de todo conhecimento sobre os objetos, mas isto não quer dizer que haja uma só e única forma de experiência e que esta experiência seja denominada de “sensível”, que pode ser “transcendente” ou “imaneente”. Em geral, para os fenomenólogos, “experiência” significa o que se dá de forma imediata, ou todo ato cognoscitivo em que o objeto se nos dê de forma direta – “corporalmente” (...) em oposição a reducionismo empirista, existem, portanto, muitas formas de experiência nas quais se dão objetos individuais para que sejam tomadas em consideração (SILVA, 2005, p. 24).

A pessoa, na experiência, deve enfrentar a si mesma. Ela realiza a experiência de uma relação cognoscitiva com seu eu.

Temos, portanto, dois aspectos na experiência da pessoa humana. São os aspectos interior e exterior. Eles são simultâneos. A experiência interior, entretanto, só se dá comigo mesmo e não com outro homem. As demais, pessoais, são incluídas na experiência que a mim vem de fora. É a experiência externa. A experiência interna do eu é intransferível. Em relação com meu próprio eu, os demais seres humanos são somente o exterior.

A experiência, interna e externa, tende a fortalecer o efeito de complementação e compensação. Não tenho a experiência direta do interior de outra pessoa. Tenho dela, todavia, o conhecimento, porque conheço as pessoas em geral. O conhecimento do ser humano está formado, portanto, pela experiência que cada um tem de si mesmo e das demais pessoas.

A experiência externa e interna se iluminam mutuamente.

Segundo Karol Wojtyła, a experiência da pessoa humana e a divisão entre seus aspectos, interno e externo, é a raiz do conflito que separa o objetivo do subjetivo e a filosofia do ser da filosofia da consciência. A filosofia do ser privilegia a experiência externa e a filosofia da consciência se volta para a experiência interna.

Karol Wojtyła quer estabelecer o laço entre a objetividade e a subjetividade do homem. Karol Wojtyła adverte, entretanto, que a discordância não se reduz só ao duplo aspecto da experiência ou à dualidade dos dados dessa experiência.

A ação é considerada um momento especial para se colher a pessoa. Somente a pessoa é capaz de realizar uma ação e nenhum outro agente. A ação da pessoa é um fato constatado pela experiência. E o ato humano é aquilo que se oferece como base original para o conhecimento da pessoa.

A pessoa é capaz de realizar a auto-reflexão sobre o próprio agir, que se situa na consciência, e ter a experiência fundamental de que é a fonte das próprias ações. Karol Wojtyła afirma que não se trata de uma dissertação sobre a ação em que se pressupõe a pessoa.

Temos seguido uma linha distinta de experiência e entendimento. Para nós, a ação revela a pessoa, e vemos a pessoa através de sua ação. A mesma natureza da correlação inerente na experiência, na mesma natureza da atuação do homem, implica que a ação constitui o momento específico por meio do qual se revela a pessoa. A ação nos oferece o melhor acesso para penetrar na essência intrínseca da pessoa e nos permite conseguir o maior grau possível de conhecimento da pessoa (SILVA, 2005, p. 28).

2 A pessoa humana, a consciência e a causalidade eficiente.

A consciência é um dos elementos constitutivos e distintivos da pessoa humana. Karol Wojtyła procura discernir a consciência no ato humano, investigando, inclusive, como ela se encontra implícita neste ato. Uma de suas convicções é que a atividade do conhecer não pertence à consciência.

O ato humano segundo Aristóteles e Santo Tomás de Aquino supõe determinada interpretação da ação. Essa interpretação é realista, subjetiva e metafísica, e procede do entendimento geral do ser e da teoria de potência e ato. A forma própria de o homem atuar é o ato voluntário, sem o qual se perde a essência da ação humana.

O ato humano se refere à vontade livre, pressupondo o ser humano como sujeito do atuar.

O ato humano, portanto, indica que existe uma potência que a ele corresponde e por ele deve ser atualizada. Essa potência constitui o âmago irredutível da pessoa humana.

Deve-se distinguir atuação consciente e consciência de atuar. A pessoa age conscientemente, tem consciência de que está atuando e de que está atuando conscientemente, o que fica claro a partir do fato de que consciência e consciente possuem sentidos diferentes. Temos o sentido atributivo, que é o do atuar conscientemente, e o substantivo, que é o da consciência de atuar.

A pessoa humana, para o pensamento wojtyliano, atua conscientemente, tem conhecimento de que está atuando e de que é ela quem está atuando. A consciência é, portanto, um aspecto constitutivo da estrutura dinâmica da pessoa em ação. A consciência se faz presente na ação antes. Durante e depois de ela acontecer. O agir da pessoa encontra-se, desenvolve-se e completa-se na presença da consciência, o que é fundamental para que o ser humano tenha conhecimento de sua ação.

A consciência encontra-se vinculada com as faculdades cognitivas, mas não se identifica com elas. Ter consciência de uma coisa vai implicar em uma reflexão ulterior sobre os conteúdos que já foram elaborados. A intencionalidade, característica dos atos cognitivos, não parece emergir dos atos da consciência. Esses atos não são essencialmente intencionais. Pode-se fazer essa afirmação mesmo sabendo que aquilo que é o objeto do conhecimento, da compreensão e da percepção da pessoa é, da mesma forma objeto de sua consciência.

A consciência subjetiva ou objetiva. Nela, entretanto, podemos constatar a presença de duas funções. Uma delas revela a criatura humana como pessoa concreta. A outra possibilita o intelecto se fechar sobre seu conteúdo para conhecê-lo de forma mais elaborada.

Encontramos duas linhas fundamentais no dinamismo próprio do ser humano, que são o atuar e o ocorrer. Elas se opõem mutuamente. O atuar corresponde à atividade e o ocorrer à passividade. Essas linhas são opostas, mas se condicionam, determinam-se e distinguem-se. A pessoa, nas duas estruturas, permanece como sujeito-dinâmico.

Retorna-se aqui à teoria de potência e ato. Eles são intimamente vinculados e um é indispensável para se entender o outro.

Temos então, uma espécie de congregação dialética entre potência e ato. Potência é algo que é, mas não é. Constitui uma espécie de realidade em preparação.

Karol Wojtyla conserva a distinção entre ato humano e ato do homem. A ação da pessoa se diferencia das outras atualizações que ocorrem no homem. Mas, como a ação é ato do ser humano, é necessário distinguir quando o ato do homem não é ação.

O sujeito é o último fundamento ôntico da ação. Existe, de fato, um fator subjacente implicado na subjetividade que se encontra na atuação e naquilo que ocorre no homem. Sem esse fator ôntico, a própria subjetividade se tornaria inviável. Karol Wojtyla refere-se aqui ao *suppositum*, aquilo que se encontra subjacente e que indica que é a pessoa que se encontra por debaixo de todas as suas ações e de tudo o que ocorre nela, da subjetividade e da eficácia. Pode-se afirmar que o sujeito, enquanto ser está por debaixo ou serve de suporte de toda a estrutura dinâmica, de tudo o que se faz ou ocorre, de toda a eficácia e subjetividade. É um ser real, o homem-ser que existe realmente e, portanto, que também atua realmente (SILVA, 2005, p. 47).

3 A pessoa humana e a integração na ação.

A ideia de integração é outro aspecto que se soma e que completa a noção de transcendência. A transcendência, sem a integração, permaneceria como que suspensa numa espécie de vazio estrutural.

A integração se manifesta quando a transcendência se encontra acompanhada de autogoverno e de autopossessão e da unidade subjetiva.

O termo integração se origina de integer que, traduzindo do latim, significa inteiro, completo, intacto. A idéia de integração, portanto, indica o todo, a coisa em sua totalidade. O termo integrar expressa a reunião das partes, tendo em vista a formação do todo.

A integração da pessoa, no agir, é que permite compreender o ser humano e sua unidade psicossomática. A unidade psicossomática do homem resulta da transcendência da pessoa, na ação, e da integração. Os diversos dinamismos do corpo e da psique se encontram inseridos no agir. A integração, portanto, realiza-se em um patamar de unidade superior à chamada unidade psicossomática.

O corpo humano é material. Ele constitui uma realidade visível e acessível aos sentidos, principalmente a partir do exterior.

Quando se fala de sua interioridade, refere-se ao organismo humano. Os aspectos interno e externo do corpo são englobados pelo termo somático. Pode-se dizer, assim, que o corpo humano possui uma exterioridade e uma interioridade. A pessoa humana, na verdade, exprime-se através do corpo. Ela manifesta, assim, de forma estrita, sua realidade individual. Introduce-se, neste contexto, o termo constituição, que inclui a forma externa do corpo e seus elementos internos, que contribuem para que a forma seja determinada.

O ser humano tem a consciência de que é possuidor de uma especial obediência ao corpo para expressar a autodeterminação. A sujeição ao elemento corpóreo é instrumento, inclusive, para a integração da pessoa no agir. A liberdade pessoal possui, por sua vez, o poder de objetivar e de usar o corpo na ação.

O termo psique, no grego, indica aquilo que possibilita a integridade do ser humano, quanto a seus componentes. O vocábulo psique, na verdade, equivale a alma, mas não são sinônimos. Os termos psique e o adjetivo psíquico expressam as manifestações da vida humana que, em si mesmas, são imateriais ou incorpóreas. A psique essencialmente diferente do corpo. As funções da psique internamente condicionam-se pelas funções do elemento corporal, porém, não se reduzem ao somático.

Pode-se afirmar ainda que a denominada interioridade do ser humano faz referência à espiritualidade e à psique. É justificável, por outro lado, ver o corpo e a psique como um todo.

O único meio para que a relação entre a alma e o corpo seja percebida é a experiência integral da pessoa humana. A integração da pessoa, em ação, implica

investigar a experiência humana em sua integralidade, o que objetiva alcançar uma compreensão integral e profunda do ser humano e não uma simples descrição fenomenológica.

A alma, em si mesma, e sua relação com o corpo não se dão diretamente na experiência da pessoa humana. A experiência integral do ser humano, entretanto, indica a realidade objetiva da alma e que ela se encontra em relação com o corpo. Somente a metafísica possibilita que se aproxime da relação alma-corpo.

A experiência da integração, para Karol Wojtyla, contesta essa concepção que seria uma verdadeira simplificação. A experiência da integração, por outro lado, aponta que o relacionamento entre o corpo e a alma perpassa todos os limites da experiência. Revela, inclusive, que essa relação é mais fundamental e profunda do que todas aquelas fronteiras.

Segundo Karol Wojtyla, a pessoa humana não vive só. Essa vive e age juntamente com os outros homens.

4 A pessoa humana e a participação.

A ideia de participação significa, em certo sentido, tomar parte em algo. Uma reunião de pessoas pode ser uma forma estática de estar junto com os outros, não realizando, entretanto, a essência da participação. A participação consiste na transcendência da pessoa na ação, na medida em que essa se realiza junto com os outros.

Karol Wojtyla introduz a noção de participação como substituta de intersubjetividade, enquanto categoria cognoscitiva. A pessoa e a ação são dois elementos que se correspondem mutuamente. Cada um mostra e explica o outro. A pessoa, na participação, é vista em suas relações sociais ou comunitárias.

A participação implica, portanto, na transcendência e na integração da pessoa que age nas relações interpessoais. O ser humano, ao participar, elege aquilo que é eleito pelos outros ou, ainda, porque os outros o elegeram. A transcendência e a integração, nessa eleição, entretanto, devem ser salvaguardadas. Qualquer ação realizada juntamente com os outros homens mostra inserida, em si, a realidade fundamental da correlação da pessoa e da ação. O objetivo dessa investigação não é a atuação da pessoa humana do ponto de vista especificamente sociológico.

A participação pode ser limitada ou definitivamente frustrada, porque a própria pessoa assim o motivou e por razões externas a ela, que se originam dos defeitos dos sistemas que determinam o funcionamento da comunidade de atuação. Esses sistemas são o individualismo e o totalitarismo objetivo. Ambos têm significação axiológica e, indiretamente, ética.

O individualismo afirma que o indivíduo é o bem social supremo e fundamental. O individualismo resulta na eliminação da participação. Ele isola a pessoa e concentra o indivíduo sobre si mesmo e sobre o próprio bem. O homem-indivíduo isola-se dos demais homens. O objetivo da sociedade, na concepção do individualismo, é proteger o bem do indivíduo do perigo dos “outros”.

O totalitarismo, contrariamente ao individualismo, subordina de forma incondicional o indivíduo à sociedade. O totalitarismo necessita proteger-se do indivíduo, que é considerado o inimigo mais importante do bem comum e da sociedade. O bem comum só pode ser conquistado na medida em que se limita o indivíduo.

O individualismo e o totalitarismo, na base, apresentam a mesma concepção do ser humano. Eles são impersonalistas ou antipersonalistas, porque a concepção personalista, contrariamente a ambos os sistemas, entende a pessoa como capaz de participação. A participação deve ser cultivada, amadurecida, desenvolvida.

A pessoa e a comunidade, no agir com os outros, podem chegar a uma harmonia profunda, ao contrário do que o individualismo e o totalitarismo professam.

O homem-pessoa, no atuar junto com os outros, deve continuar a ser o sujeito desse agir e do existir. Os termos comunidade, sociedade ou grupo social exprime uma ordem accidental.

Os membros da comunidade demonstram uma relação que pode ser entendida associativa e qualitativamente. Encontram-se alguns tipos de relações diferentes dos membros da comunidade, que podem ser de parentesco, na família, de compatriota, na nacionalidade, de cidadão, na sociedade que se representa pelo Estado.

A chave do problema, todavia, é que a qualidade de membro de qualquer comunidade não pode ser identificada com a participação. O fim objetivo que impulsiona os homens no sentido de atuarem juntos é entendido pela comunidade de atuação.

Uma pessoa que pertence a uma comunidade de atuação pode realizar e se realizar em autênticas ações, o que é decisivo exclusivamente mediante a participação.

Uma comunidade pode permanecer na dimensão objetiva e não passar para o nível subjetivo quanto à atuação.

A solução do problema da comunidade e da participação deve ser buscada no bem comum e não na própria realidade do atuar junto com os outros. O bem comum para um grupo de trabalhadores, por exemplo, que cava uma vala, e para um outro de estudantes, que assiste a uma palestra, pode identificar-se com facilidade com o fim de ambos os grupos que é, para o primeiro, a escavação e, para o segundo, a informação. Esses bens entram numa cadeia teleológica, sendo cada um meio para outro fim.

Não se pode identificar o bem comum sem levar em conta, ao mesmo tempo, a dimensão subjetiva da atuação. Tendo em vista o momento subjetivo, quando consideramos esse momento, vemos que o bem comum não consiste unicamente no objetivo da atuação comum executada por uma comunidade ou por um grupo; na realidade, consiste também, e inclusive primariamente, naquilo que, de alguma maneira, condiciona e inicia, nas pessoas que atuam juntas, sua participação e, por isso mesmo, desenvolve e configura nelas uma comunidade subjetiva de atuação (SILVA, 2005, p. 110).

O homem tem como objetivo, devido à participação, na comunidade que se fundamenta no bem comum, o serviço à mesma comunidade. Ele renúncia, com gosto, o bem individualizado, tendo em vista o bem comunitário. Esse sacrifício se realiza na medida em que a pessoa é capaz de concretizar sua participação.

Karol Wojtyla entende o amor, nesta reflexão, não em seu conteúdo puramente ético. Ele compreende o amor como mandamento que confirma o sistema do próximo e, portanto, fundamental para o existir e o atuar da pessoa junto com as outras. A importância do amor se demonstra com a justaposição do próximo com o próprio ego, quando é dito que, referindo-se ao amor: “amarás o próximo como a ti mesmo”. Uma comunidade humana somente se formará quando esse mandamento estiver efetivamente presente nela. Ele é condição para a verdadeira participação.

A alienação se torna realidade na medida em que o homem se separa ou se distancia de sua humanidade, quando ele se priva do valor da pessoa.

A alienação é a consequência, se não subordina efetivamente ao que é essencial na atribuição de categoria humana, à comunidade de seres humanos. O perigo da desumanização não se parece fundar, principalmente, nas coisas naturais, no sistema produtivo e na civilização. O homem é, portanto, o responsável pela alienação.

A natureza social da pessoa se manifesta pelos sistemas de membro e de próximo. O sistema de próximo deve converter-se no último critério para que as pessoas cresçam em sua coexistência e cooperação.

O mandamento do amor, assim, é uma norma para os seres humanos viverem a atuarem juntos. Se o mandamento do amor não for a norma da vida comunitária, as pessoas não terão a medida da missão e do que é exigido delas para que se torne realidade todo o bem contido no atuar e no existir “junto com os outros”, afirma Karol Wojtyła.

Demonstrados os elementos constitutivos e distintivos da pessoa humana, refletir-se-á, no que se segue, sobre a correspondente dignidade do ser humano.

5 A dignidade da pessoa.

A referência a escritos pontifícios demonstra que o pensamento filosófico personalista de Karol Wojtyła constitui um princípio hermenêutico para a composição dos referidos documentos.

Max Scheler se engana ao reduzir a pessoa a atos. Ela é um ser substancial e seu valor antecede ao valor de seus atos. O ser, portanto, é anterior à ação e, portanto, a pessoa, e seu valor é anterior e mais fundamental que o valor da ação. O valor “personalista” de uma ação, relacionado estritamente com a realização da ação pela pessoa é, por isso mesmo, origem e base de conhecimento do valor da pessoa e dos valores próprios da pessoa de acordo com sua hierarquia adequada (SILVA, 2005, p. 111).

A afirmação teórica da dignidade da pessoa humana e seus verdadeiros direitos é, em si, algo bom, defensável e necessário. Observam-se, infelizmente, o paradoxo entre o discurso e a efetivação prática das diversas declarações e, mais grave, um verdadeiro retrocesso ao devido respeito à pessoa humana e a seus direitos.

As conseqüências políticas, jurídicas, éticas, socioeconômicas, culturais seguem o equívoco antropológico. A ciência, a técnica, o direito, a política, divorciados e em oposição ao ser, conduzem os seres humanos a perderem a si mesmos.

A consciência do valor da vida humana está ofuscada. Expressam-se nos escritos de Karol Wojtyła,

Discretas, mas explícitas referências a monstruosas aberrações dos tempos modernos, como campos de concentração, prisões e torturas. Falando como papa,

constata que nos encontramos numa situação de profunda crise; é a crise do próprio homem; a crise de sua consciência humana; a crise da cultura (SILVA, 2005, p. 113).

As declarações sobre os direitos humanos e as regras que elas inspiram manifestam, ao mesmo tempo, uma sensibilidade moral quanto ao valor e à dignidade de cada ser humano, (chegando-se, entretanto,) a uma viagem de trágicas conseqüências, a um longo processo histórico, no qual, depois de ter descoberto o conceito de “direitos humanos” – como direitos inerentes a cada pessoa e anteriores a qualquer Constituição e legislação dos Estados -, incorre hoje numa estranha contradição: precisamente numa época em que se proclamam solenemente os direitos invioláveis da pessoa e se afirma publicamente o valor da vida, o próprio direito à vida é praticamente negado e espezinhado, particularmente nos momentos da existência como são o nascer e o morrer (SILVA, 2005, p. 113).

Os fatos demonstram, portanto, um processo oposto ao respeito e ao valor da vida humana, ameaçando, inclusive, o próprio convívio democrático, indo-se de uma sociedade de “co-viventes” a uma sociedade de excluídos. O egoísmo dos países ricos deve ser descamufado para que as reuniões internacionais não se limitem a uma retórica estéril e enganadora.

O homem se percebe ameaçado por situações que geram o ódio, a violência, as guerras, os genocídios, a miséria, as injustiças de toda natureza, a escravidão e o tráfico de drogas, de armas, a exploração e a instrumentalização da pessoa mediante a sexualidade e o consumismo, o desrespeito da vida humana pelo aborto e pela eutanásia, o desequilíbrio ecológico.

Kant, uma das maiores expressões da mudança de paradigma da representação, rejeitando a filosofia do ser, com a revolução copernicana, cria condições para a afirmação da filosofia da consciência, visto que ele concebe a razão como um sujeito autônomo da ação. Kant inspira-se, pelo menos, em três fontes para afirmar a dignidade do ser humano. São elas o pensamento Estóico, Santo Tomás de Aquino e Rousseau.

O homem deve, por conseqüência, amor e respeito a todos os seus semelhantes porque e enquanto pessoas. O pensamento kantiano sobre a dignidade humana se inscreve nessa tradição cristã, que atribui a cada ser humano um valor primordial, independentemente de seu mérito individual e de sua posição social; mais Kant tenta fundamentar essa idéia de uma maneira que não deve nada às pressuposições teológicas. Ele afirma que a fé religiosa se deve fundamentar no conhecimento moral e não ao contrário (SILVA, 2005, p. 125).

Foi demonstrado que a inteligência espiritual, a consciência, a vontade livre, a capacidade de auto transcender-se, de integrar seus dinamismos somáticos e psíquicos, de participar com outras pessoas são elementos que distinguem essencialmente a pessoa humana e que remetem, para a causa espiritual, fundamento metafísico, transempírico desses dinamismos colhidos fenomenologicamente. A compreensão filosófica da constituição própria da pessoa humana exige que a razão não se encolha nos limites do ceticismo, que afirma ser ela incompetente para progredir em direção a águas mais profundas da realidade humana.

Santo Tomás de Aquino, apoiado na noção de participação, demonstra o vínculo das criaturas com o Criador, com o Bem Supremo e fonte de todos os bens.

O valor e a dignidade da pessoa se manifestam mais claramente, à proporção que ela cresce em consciência de que é participante do Criador. A correta relação da pessoa com as criaturas expressa, ainda que indiretamente, a justiça com seu Criador. A pessoa humana, demonstrada sua inteligência espiritual e sua vontade livre, é alguém, um universo aberto a relacionamentos e capaz de decisões, portanto, consciente e livre.

Sua instrumentalização, portanto, violenta sua natureza, sua estrutura ontológica, seu valor e dignidade, dificultando e impedindo sua realização como ser pessoa.

O nome pessoa quer expressar uma perfeição ontológica própria do ser humano. Ele é diminuído a objeto, se reduzido a um patamar ontológico inferior ao que lhe é específico, caracterizando-se, então, como coisa e instrumento. Encontram-se dois significados da palavra usar com referência à pessoa.

A pessoa não pode ser tratada como meio para algum fim, sob pena de ser violentada, em todas e quaisquer de sua existência.

Ela, por direito natural, deve ser fim da ação. Sua estrutura ontológica lhe garante e exige ser tratada como fim.

O termo usar, agora, é uma aplicação particularizada do primeiro significado e se efetiva quando alguém, no relacionamento com outra pessoa, age tendo o prazer como fim último de sua ação.

A primeira acepção exprime um usar mais amplo e objetivo, enquanto a segunda constitui uma efetivação mais restrita, particular e propriamente subjetiva do uso da pessoa.

O usar, por outro lado, pode vir disfarçado de amor. O utilitarismo atual mostra-se explícito e conscientemente formulado, defendendo que tudo o que dá prazer e exclui o sofrimento é útil, porque o prazer é o fator essencial da felicidade humana. Ser feliz,

conforme os postulados do utilitarismo significam levar uma vida agradável (SILVA, 2005, p. 131).

O utilitarista, portanto, procura maximizar o prazer e minimizar o sofrimento. Concebe tudo como meio para um resultado prazeroso, inclusive a pessoa, e pode condicionar, portanto, a ação humana nas diversas situações existenciais.

O prazer, por outro lado, não é algo mau em si e pode manifestar-se colateral e ocasionalmente na ação. O amor verdadeiro é a afirmação do ser humano como pessoa, é a única norma que se conforma a sua identidade e que deve ordenar as relações entre os seres humanos.

Quem ama não usa e quem usa não ama.

O amor veraz não usa a pessoa como meio, inclusive no relacionamento entre o homem e a mulher. É indispensável, portanto, afirmar o bem da humanidade e, essencialmente, o valor objetivo da pessoa humana, para que se efetive um verdadeiro ato de amor. O amor, no pensamento de Santo Tomás, como, de resto, para Santo Agostinho – é simplesmente a razão primeira e mais profunda de tudo o que o homem faz.. (...)

O motivo último da criação é o amor – que já antiquíssimos filósofos, como Parmênides, entreviram como primeiro princípio de todas as coisas. (SILVA, 2005, p. 133).

O amor é comunitário e é, condição para que se constitua uma comunidade realmente humana. O amor verdadeiro revela as suas causas profundas da alienação do homem.

O ser humano é o autor das civilizações, dos sistemas de produção e, portanto, deveria impedir que suas obras fossem desumanizadoras e alienantes.

A sociedade, que reduz a pessoa humana a indivíduo, a meio para algum fim, negando, portanto, sua identidade pessoal, retrocede para o uso do ser humano na esfera política, jurídica, econômica, cultural, sexual e para o predomínio do utilitarismo-hediondo.

Karol Wojtyla afirma o ser humano como pessoa, seu valor e dignidade intrínsecos ao fato mesmo de ser pessoa, portanto, não outorgada por poderes imanescentes ou criados, sejam institucionais ou individuais.

Ele, por outro lado, acompanha o pensamento antropológico personalista ontologicamente fundado. Sua compreensão da pessoa humana, portanto, não se conclui nos limites da abordagem fenomenológica. Ele mesmo indica que a pesquisa

metafísica deve continuar a reflexão iniciada pela análise fenomenológica, à maneira dos efeitos para a causa.

Conclusão.

Karol Wojtyla entende que a pessoa revela o mistério da criatura humana, ser homem, em plenitude, significa ser pessoa.

A pessoa humana se distingue de todos os outros seres do mundo visível por sua espiritualidade, por sua interioridade. Ela, por sua estrutura, pode abrir-se à comunicação com o mundo real objetivo, consigo mesma e com a realidade transcendente. A pessoa é um ser livre, possui o domínio de si mesma. A pessoa, por outro lado, deve manter o estado de ser, simultaneamente, sujeito e objeto.

A pessoa humana é o sujeito ôntico do valor ético. Ela não se restringe a ser seu sujeito fenomenológico, o que é manifestado pela experiência do ser humano, a partir da qual a ética começa a ser constituída. Pensa-se, então, em um fundamento ontotético, para se compreender a realidade humana de forma mais realista e integral. Karol Wojtyla afirma que sua investigação necessita de ser continuada na esfera metafísica. Ele trouxe à consciência, com o método fenomenológico, alguns dados que, por sua vez, apontam para planos mais profundos deste ser complexo, que é a pessoa humana.

Referência.

SILVA, Paulo César da. **A antropologia personalista de Karol Wojtyla: pessoa e dignidade no pensamento de João Paulo II.** Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2005. ISBN 85-98239-49-6